

Organizar, proteger, empoderar e orar: a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho – Salvador

Organize, protect, empower and pray: the Irmandade do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho – Salvador

Marcelo Mac Cord*

Resenha: MESQUITA, Mariana. **Pelas contas do Rosário:** sentidos da cidadania na Irmandade dos Homens Pretos de Salvador no pós-Abolição (1888-1930). Teresina: Cancioneiro, 2022. 276 p. il.

Palavras-chave: irmandades negras; pós-Abolição; associativismo negro.

Keywords: Black brotherhood; Post-abolition; black associativism.

NO ANO DE 2018, sob a orientação da professora doutora Diva do Couto Gontijo Muniz, Mariana Mesquita defendeu a sua dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília (UnB). O trabalho se intitula *Pelas contas do Rosário: cidadania na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho no Pós-Abolição (Salvador, 1888-1830)*. De lá para cá, Mariana Mesquita iniciou, em 2019, o seu doutoramento na mesma universidade e no mesmo programa, mas sob a orientação da professora doutora Ana Flávia Magalhães Pinto – o professor doutor Anderson Ribeiro Oliva é o seu coorientador. Em diálogo com a sua investigação anterior, Mariana Mesquita segue desenvolvendo o projeto de pesquisa “Associativismo feminino na Bahia no Pós-Abolição: um estudo a partir da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Pelourinho (1888-1930)”. Em 2022, depois de revisar a sua dissertação de mestrado e de nela incorporar algumas questões preliminares da sua atual investigação, publicou o

* Doutor em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor Adjunto de História da Educação na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: marcelomaccord@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5694-7007>.

livro *Pelas contas do Rosário: sentidos da cidadania na Irmandade dos Homens Pretos de Salvador no pós-Abolição (1888-1930)*. Lançado pela Cancioneiro, sediada no estado do Piauí, destacamos o esforço dos seus editores para descentralizar a produção de trabalhos acadêmicos em formato de livros.

No processo de amadurecimento intelectual do trabalho de Mariana Mesquita, não é banal o fato de os títulos da dissertação e do livro possuírem uma sutil, mas significativa, diferença. Ao indicar que, na Primeira República, os irmãos e as irmãs do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho compreendiam a existência de sentidos de cidadania, somos instigados a querer saber que polissemia é essa. No transcorrer da leitura dos capítulos do livro, vamos descobrindo que, junto dos significados mais tradicionais de cidadania, que eram acionados em suas estratégias para conquistar mobilidade social ascendente e respeitabilidade pública, os irmãos e as irmãs do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho também ressignificavam aquela categoria ocidental por meio de referenciais afrocentrados. Como Mariana Mesquita afirma, exercitar essa prática não era nada fácil, considerando-se as primeiras décadas do pós-Abolição em Salvador, onde os processos de “modernização urbana”, “desafricanização” dos costumes, eugenia, racismo, laicização e romanização do catolicismo, entre outros, apresentavam-se como grandes desafios para as pessoas negras e seus costumes associativos mais tradicionais. Interessante notar que a autora analisa esse tenso momento histórico sem cair em maniqueísmos, ou seja, sem encarar “acomodação” e “resistência” de forma monolítica e irreconciliável.

Ao tecer a sua trama, a autora dialoga, competentemente, com a historiografia que estudou as irmandades negras no Brasil. Nota-se a filiação de Mariana Mesquita às pesquisas que vêm sendo desenvolvidas desde os anos 1980, que seguem construindo profundos diálogos com o processo de renovação dos estudos sobre diáspora negra, escravidão e emancipação. O potente movimento interpretativo, que ganhou fôlego nas últimas décadas por causa da redemocratização do país, da emergência de outras vozes e de outros olhares na produção acadêmica e do crescimento do número de programas de pós-graduação nas universidades públicas, entre outros, permitiu que relativizássemos as explicações mais sociologizantes da História. As mudanças de paradigma motivaram, por exemplo, a desconstrução de perspectivas que definiram as irmandades negras como meros espaços de “acomodação” da população negra à ordem senhorial, como se fossem “anti-quilombos”. Na melhor das hipóteses, quando os analistas da “velha escola” flexibilizaram o referido viés explicativo, propuseram formas de “sincretismo” nas igrejas devotadas aos santos negros, o que teria viabilizado, no Brasil colonial e imperial, a criação de um folclorizado “catolicismo popular” – com poucas missas, muitas rezas e festas como as coroações dos reis do Congo.

Apoiada em denso diálogo com a historiografia, Mariana Mesquita ousou bastante ao escolher o recorte temporal de sua investigação de mestrado e do seu livro. Como indiquei mais

acima, os clássicos e os renovados estudos sobre as irmandades negras (incluindo também outros recortes étnicos e/ou profissionais) analisaram os períodos colonial e imperial brasileiro, que, na diacronia, teriam testemunhado o surgimento, a ascensão e o arrefecimento das referidas organizações leigas. Por causa do “ocaso” das irmandades negras (e de congêneres com outros perfis), poucos trabalhos historiográficos avançaram para além dos anos 1888-1889 e ensaiaram análises sobre os primeiros momentos do regime republicano. Obviamente, a ousadia de Mariana Mesquita em estudar a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho na Primeira República não é inconsequente. Ela está ancorada em importante base empírica, pois a autora analisou um conjunto de fontes que foram produzidas, entre 1888 e 1930, pela própria associação negra. Entre elas, livros de atas, de matrículas de irmãos, de eleições etc. Segundo Mariana Mesquita, a conservação desse *corpus* documental deveu-se à longevidade do grupo, que é fruto de sua importância histórica, do zelo de seus confrades e de sua centralidade na vida cotidiana da cidade de Salvador – desde finais do século XVII até o tempo presente.

Pelas contas do Rosário, portanto, está apoiado em pesquisa inovadora porque consegue perscrutar uma irmandade negra nas primeiras décadas do pós-Abolição. Os irmãos e as irmãs do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho, reunidos em uma entidade secularmente respeitada, tiveram que reinventar as suas estratégias de mobilidade social e de respeitabilidade pública em uma Salvador ávida por branquitude e “modernidade”. Em meio a reformas (urbanas, educacionais, religiosas, culturais, sociais e políticas) baseadas em princípios eugênicos e “civilizatórios”, as elites letradas e proprietárias soteropolitanas, dialogando com movimentos excludentes em nível nacional, criaram uma isonomia, por baixo, para os brasileiros descendentes de africanos que viviam e trabalhavam nas ruas da capital baiana. Isso gerou grande tensão entre as pessoas de pele escura que haviam conquistado direitos no transcorrer do século XIX e viram-se ameaçadas logo após a Lei Áurea e a Proclamação da República. Nesse processo conflituoso, segundo Mariana Mesquita, por exemplo, as autoridades religiosas proibiram a Lavagem do Bonfim e os festejos da Irmandade da Boa Morte, por causa de sua profunda africanidade. Ao mesmo tempo, a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho, com a sua “festa sóbria”, ganhou o *status* de Ordem Terceira no ano de 1899.

Como apontei oportunamente, contudo, Mariana Mesquita não se deixa seduzir por irreconciliáveis dicotomias em *Pelas contas do Rosário*. Sem dúvida, para as autoridades eclesiásticas soteropolitanas, a transformação da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho em prestigiosa Ordem Terceira deveria gerar gratidão e obediência ao clero romanizador. Algo que de fato aconteceu em diversas situações, como podemos inferir durante a leitura do livro. Contudo, ao compulsar fontes de outras naturezas e ao apoiar-se na própria historiografia baiana, Mariana Mesquita demonstra que muitos irmãos e irmãs do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho, com significativo destaque em seus quadros

diretivos, no transcorrer da Primeira República, também mantiveram profundos e viscerais laços com as religiões de matriz africana. E assim, rompendo com as antigas explicações sociologizantes, e sem afirmar atipicidades folclorizantes e essencialistas, a pesquisadora compreende a existência de “dupla pertença” nessas experiências históricas. Em outras palavras, ao frequentarem igrejas e terreiros, os irmãos e as irmãs do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho moviam-se convenientemente entre “acomodação” e “resistência”, quando o assunto era as expectativas das elites letradas e proprietárias e/ou das autoridades católicas soteropolitanas.

Atento também aos momentos em que a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho abriu as suas portas e as suas janelas para dialogar com formas mais laicas de associativismo negro, que se apropriaram dos processos de “modernização” da sociedade soteropolitana, relendo-os, *Pelas contas do Rosário* traz ótimas contribuições para conhecermos os imbricamentos entre antigas e novas formas de luta por direitos, que foram acionadas pela população negra que viveu na capital baiana no transcorrer da Primeira República. Para tanto, Mariana Mesquita defende a existência de uma “geografia associativa” na cidade de Salvador desde finais do século XIX. Nesse sentido, o livro permite que conheçamos as relações (diretas ou indiretas) de diversos irmãos e irmãs do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho com entidades baianas de grande representatividade para os descendentes de africanos. Entre elas, a Sociedade Protetora dos Desvalidos, de auxílio-mútuo, o Liceu de Artes e Ofícios, de escolarização e ensino de ofícios, e o Centro Operário, de proteção dos trabalhadores. E no trânsito entre grupos dessa natureza, tendo aquela associação leiga como ponto de interseção, a autora ainda sublinha o destaque público que foi sendo conquistado por homens negros como Manoel Querino, Eloy Aleixo Franco, Tibúrcio Luiz Souto e Domingos Francisco da Silva.

Os sentidos de cidadania do *Pelas contas do Rosário*, de fato, e por fim, são múltiplos. Por tudo o que foi escrito até aqui, eles não se esgotam nas clássicas (e relevantes) definições de direitos civis, políticos e sociais. Os irmãos e as irmãs do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho, segundo os argumentos de Mariana Mesquita, também queriam o direito de existir como gente negra em suas diversas dimensões espirituais, existenciais e corporais. Formas essas que, na ótica da autora, seriam complementares à luta pela conquista da cidadania baseada em princípios liberais, fruto da branquitude. Nesse sentido, lembro do dia em que me tornei, homem branco, irmão do Rosário dos Homens Pretos do bairro de Santo Antônio do Recife, pois a minha dissertação fora usada para fundamentar a necessidade do conserto das tesouras do seu secular templo. Naquele momento, compreendi que um trabalho acadêmico pode ter múltiplas dimensões, dialógicas, assim como a própria cidadania. Que *Pelas contas do Rosário* seja muito mais do que um livro. Que ele seja também o que pode ser: inspiração para os historiadores em formação, alimento para as

lutas contemporâneas dos irmãos e das irmãs do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho e força para que Mariana Mesquita continue a seguir com paixão e competência o ofício que ela própria escolheu.

Recebido em 19/10/2022

Aprovado em 31/10/2022